

RELATÓRIO DA SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA USP QUADRIÊNIO 2018-2021

O relacionamento com a sociedade foi ponto de destaque no Projeto de Gestão apresentado pelos Professores Vahan Agopyan e Antonio Carlos Hernandez, quando da inscrição no pleito eleitoral da sucessão reitoral, no final de 2017. Com a nomeação do Professor Titular Ignacio Poveda para assumir o cargo de Superintendente de Relações Institucionais da USP, a Superintendência, que até esse momento existia apenas nominalmente no Estatuto da Universidade, passou a ser estruturada, ganhando, inclusive, um espaço de representação institucional junto ao Gabinete do Reitor. Desde então, a SRI trabalhou intensamente, ativa e reativamente, junto aos poderes públicos, nas esferas federal, estadual e municipal. Pela própria natureza da USP, o relacionamento maior deu-se no âmbito estadual, junto ao Governo do Estado e suas diferentes secretarias; junto ao Poder Judiciário paulista, em especial o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; e junto à Assembleia Legislativa paulista. O Ministério Público, bem como o Tribunal de Contas, ambos do nosso Estado, mereceram, também, uma atenção especial.

Fora do âmbito estadual, diversas foram as gestões empreendidas pela SRI no cuidado com as interfaces entre a nossa Universidade e órgãos do âmbito federal. Nesse sentido, merecem destaque o relacionamento com o Congresso Nacional (no tocante a projetos de interesse do ensino superior brasileiro), com o Ministério da Saúde (para a obtenção do Certificado de Filantropia para as Fundações de Apoio aos nossos hospitais universitários) e com o Exército brasileiro (na construção de parcerias de interesse nacional). O Supremo Tribunal Federal e a Procuradoria Geral da República foram objeto de um tratamento especial, nesse quesito do relacionamento institucional. A seguir, seguem algumas das principais atividades em que a Superintendência esteve à frente:

- **Matrícula dos alunos de colégios militares – Relacionamento com as Forças Armadas**

No início de 2019, problemas de interpretação da regra vigente relativa ao ingresso, mediante cotas, de alunos procedentes de escolas públicas, acabou criando um desconforto com o Exército brasileiro, por conta do indeferimento da matrícula para alguns alunos procedentes de colégios militares. A rápida atuação do Superintendente de Relações Institucionais junto ao Comando Militar do Sudeste acabou por debelar, em seu nascedouro, uma crise institucional, que já começava a ter repercussão negativa, não apenas junto ao Generalato, mas, também, na imprensa e nas mídias sociais. O relacionamento com as Forças Armadas, em especial com o Exército, foi intensificado a partir desse episódio, resultando em visitas dos diferentes Comandantes do CMSE à Universidade, e do

Magnífico Reitor à sede do CMSE, intermediadas pela SRI. Junto com isso, diversos convênios foram agilizados, visando a incrementar a colaboração de unidades da USP com as Forças Armadas.

- **CPI das Universidades junto à ALESP**

Criada a partir do requerimento 284/2019, de autoria de diversos deputados estaduais, e aprovada pelo Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo – ALESP, por meio do Ato nº 32 de 2019, foi instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de “*investigar, no prazo de 120 dias, irregularidades na gestão das universidades públicas no estado, em especial quanto à utilização do repasse de verbas públicas*” (Relatório Final da CPI, pg. 5). Dada a importância do assunto, o Reitor criou um Grupo de Acompanhamento, com a supervisão do Prof. Ignacio Poveda, e concentrou na Superintendência de Relações Institucionais toda e qualquer comunicação com os membros da CPI. Durante o período de 180 dias (120 dias regulamentares e mais 60 de prorrogação), o Grupo de Acompanhamento trabalhou arduamente nas diversas tarefas demandadas por tal designação, participando de reuniões, organizando documentos e redigindo repostas aos questionamentos da Comissão, além de preparar as arguições dos diversos dirigentes que tiveram de comparecer em sessões de oitivas, inclusive o Magnífico Reitor. O intenso trabalho dos membros do Grupo de Acompanhamento, ao qual se dedicaram mais de mil horas, fez com que a USP saísse fortalecida em sua autonomia, pelo reconhecimento, no Relatório Final da CPI, da inexistência de irregularidades na sua gestão, bem como pelo elogio de suas boas práticas administrativas.

- **Ação do TETO – ADI nº 3854**

Em 18 de janeiro de 2020, o Supremo Tribunal Federal, na pessoa do ministro Dias Toffoli, seu presidente, concedeu liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta a pedido do Cruesp, alcançando, assim, como efeito prático e imediato, a equiparação do teto salarial dos docentes das universidades estaduais com aquele aplicado nas congêneres federais. A SRI trabalhou ativamente nesse processo, em parceria com diversas figuras-chave, como o Prof. Eros Grau, autor da tese jurídica acolhida pelo Supremo Tribunal Federal; o Dr. Marcos da Costa, ex-Presidente da OAB/SP, que elaborou a peça jurídica e traçou a estratégia processual; e o Prof. Otavio Luiz Rodrigues Junior, docente da FD que, juntamente com o Prof. Ignacio Poveda, articularam importantes estratégias em Brasília e São Paulo, para que o pleito alcançasse o devido sucesso. A referida ação foi de vital importância para estancar a “fuga de cérebros” que a USP vinha sofrendo, por conta do desestímulo ao trabalho na Universidade, bem como para recuperar o atrativo da carreira docente, principalmente para os novos professores.

- **Projeto de Lei 529/2020 – Relacionamento com a ALESP**

Os ataques à autonomia universitária, já presentes na CPI de 2019, voltaram à pauta do debate com a apresentação, pelo Governo do Estado de São Paulo, de projeto de lei que, com a justificativa de promover uma reforma administrativa na máquina pública e de recuperar a capacidade de investimento do Estado, pretendia dispor de quantias já repassadas às universidades públicas paulistas, descapitalizando-as e comprometendo, dessa forma, seu planejamento estratégico e seu funcionamento, em suas necessidades e projetos de curto, médio e longo prazo. Graças à ação

persistente do Superintendente de Relações Institucionais, que se estendeu por mais de dois meses, junto a deputados estaduais dos mais diferentes partidos, em articulação com diversos agentes políticos, foi possível convencer o Governo do Estado a retirar do Projeto de Lei os artigos que feriam a autonomia das universidades. Nos meses que se seguiram a essa vitória da autonomia, por iniciativa da SRI, o Magnífico Reitor recebeu na sede da Universidade um número expressivo de deputados, de todas as colorações políticas, em visitas que serviram para estreitar laços e aprofundar o entendimento dos nossos parlamentares sobre o papel e a importância da USP, no cenário paulista e brasileiro.

- **ADI do MP/SP questionando a autonomia financeira das universidades estaduais paulistas**

Em 2021, novo ataque à autonomia universitária ganhou corpo na forma de uma Ação Declaratória de Inconstitucionalidade, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, por provocação do Ministério Público de Contas (que atua junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), ação essa que pretendia ver declarada inconstitucional a Resolução Cruesp No. 01/2019, que concedera reajuste, naquele ano, aos servidores das três universidades estaduais paulistas. Em razão de uma atuação conjunta da SRI e da Procuradoria Geral da USP, amalgamadas na pessoa do Prof. Ignacio Poveda, Superintendente de Relações Institucionais e, também, Procurador Geral da Universidade, obteve-se uma vitória retumbante, com a decisão, em votação unânime, prolatada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, indeferindo a ação proposta e reconhecendo, de modo expresse, a autonomia financeira e de gestão como condição *sine qua non* para o exercício da autonomia acadêmica, tal como estampada no texto constitucional.

- **Visitas Institucionais**

As visitas, feitas ou recebidas no Gabinete do Reitor, representaram, ao longo do atual mandato, importante ferramenta para fomentar o relacionamento institucional da USP com as mais diversas instâncias dos poderes públicos, possibilitando, assim, o estreitamento dos laços da Universidade de São Paulo com a sociedade que nos sustenta e com os seus legítimos representantes. Nesse sentido, além das visitas de parlamentares acima referidas, foram oferecidos almoços no Gabinete ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça (chefe do Ministério Público), secretários de Estado, prefeitos, Ministros do STF, ao Comando da Polícia Militar do Estado de São Paulo (com a qual a USP mantém convênios de cooperação em áreas estratégicas para a Segurança Pública), o Presidente da OAB/SP, entre outras.

Dessa forma, ao longo destes anos, graças ao trabalho da SRI, o relacionamento institucional ganhou destaque, colocando a Universidade de São Paulo em evidência, como agente construtor da cidadania, e o seu magnífico Reitor, como figura de destaque no cenário brasileiro, tanto estadual como nacional. De se notar, por fim, que tamanho esforço de representatividade institucional, em prol da Universidade, foi levado a termo com uma equipe muito enxuta, composta pelo Superintendente, já citado, pela secretária (Sra. Juliana Freire Leite) e pelo motorista (Sr. Lucinei Dias dos Santos).